



8º Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE / 3º Encontro de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas Negras e Negros da ANPG

## **JUVENTUDE NEGRA VIVA: NAS UNIVERSIDADES E NA CIÊNCIA CONTRA O RACISMO, EM DEFESA DAS COTAS E POR REPARAÇÃO**

O VIII Encontro de Negros, Negras e Cotistas da União Nacional dos Estudantes (ENUNE) e o III Encontro de Pós-graduandos e Pós-Graduandas Negras e Negros da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ENPG), realizados em Salvador, entre os dias 10 a 12 de julho, de 2026, reuniram mais de 1200 estudantes negras, negros e quilombolas de todo o país, da graduação e da pós-graduação, para reafirmar que só haverá universidade, ciência e democracia com o enfrentamento do racismo que organiza a vida e a morte no Brasil e no mundo.

A luta antirracista é sobretudo, uma luta anticapitalista! O racismo serviu para o acúmulo do capital no passado com a colonização, exploração e escravização, contribui com o capitalismo no presente, quando se observa que são corpos negros que estão submetidos nas jornadas exaustivas de trabalho dentro da escala 6x1 e que tem as condições de vida mais precarizadas. O racismo contribui com o capitalismo quando explora os recursos e bens naturais do Brasil, quando não demarca as terras indígenas e cedem elas para o agronegócio que causam morte e destruição. É por isso que reafirmamos: o futuro será diferente, reafirmando nossa utopia, porque estamos construindo, a muitas mãos, a revolução brasileira, tendo como horizonte o socialismo e a libertação do nosso povo.

Chegamos a este encontro em um ano eleitoral, no qual o país se prepara para decidir, mais uma vez, os rumos de sua democracia. A extrema direita e o fascismo, derrotados nas urnas em 2022 no âmbito da eleição presidencial, seguem articulados nos parlamentos, na militarização, seja na polícia, seja na escola, nas forças armadas, nas igrejas neopentecostais de cunho reacionário e nas redes digitais, alimentando o negacionismo, o ódio à ciência e o desprezo pela vida negra, indígena e periférica. No plano internacional, o avanço de projetos autoritários, xenófobos e de extrema direita em diferentes países segue impondo retrocessos aos direitos das populações racializadas, migrantes e trabalhadoras. Ao mesmo tempo, o imperialismo, liderado pelos Estados Unidos, intensifica sua ofensiva contra os povos por meio de sanções, golpes, bloqueios econômicos, ameaças e ataques militares, como os dirigidos contra países da América Latina e o Irã, ampliando o risco de uma nova escalada de guerras e aprofundando a exploração e a dominação sobre as nações. Em contrapartida,



8º Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE / 3º Encontro de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas Negras e Negros da ANPG

os povos que resistem a esses ataques demonstram que a organização popular é o único caminho capaz de derrotar a barbárie imperialista.

Diante desse cenário, reafirmamos que a defesa da soberania nacional é inseparável da defesa da soberania dos povos negros, indígenas, quilombolas, de terreiro e periféricos sobre seus territórios, seus corpos e seus modos de vida. Defender a autodeterminação dos povos, combater a guerra imperialista e enfrentar o racismo são partes inseparáveis da luta por um Brasil soberano e popular.

Essa defesa da soberania e da vida se choca frontalmente com a estrutura do Estado brasileiro, onde sistema de segurança pública segue estruturado para matar. Vivemos, ano após ano, novas chacinas que se somam à memória do Cabula, do Carandiru, do Curió, de Altamira, do Alemão e da Penha, Jacarezinho, episódios que juntos somam mais milhares de vidas perdidas para a truculência policial. Essa violência não é falha ou exceção, é projeto: é a política de morte descrita por Achille Mbembe operando sobre os corpos que o Estado brasileiro nunca considerou plenamente humanos. Repudiamos com veemência qualquer proposta de redução da maioria penal, que não resolve a violência e apenas aprofunda o encarceramento em massa da juventude negra e pobre, alimentando um sistema prisional que já responde por parcela desproporcional de presos negros no país. Defendemos, ao contrário, a desmilitarização da polícia, o investimento em políticas de prevenção, saúde mental e educação nos territórios, e a criação de protocolos das universidades para dias de operações policiais, garantindo que estudantes, docentes e trabalhadores da educação não sejam surpreendidos por operações que transformam salas de aula e comunidades acadêmicas em cenários de guerra.

Experiências como vividas recentemente no Rio de Janeiro não são exceção. Expressam uma política que atravessa periferias de todo o Brasil, onde a juventude negra convive diariamente com a violência de Estado, com as milícias patrocinadas pelo imperialismo, a precarização das políticas públicas e a negação do direito de viver plenamente a cidade. Em diferentes capitais e regiões metropolitanas, operações policiais interrompem aulas, fecham escolas, paralisam o transporte público e impedem estudantes de chegar às universidades. A recente Chacina da Penha, que paralisou parte da cidade do Rio de Janeiro e impactou milhares de estudantes, trabalhadores e moradores, evidencia que a violência de Estado também é um mecanismo de exclusão educacional.



8º Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE / 3º Encontro de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas Negras e Negros da ANPG

Essa luta pela vida e por segurança também se insere na disputa e garantia do direito à cidade, diante do aprofundamento do processo racista, higienista e de gentrificação que marca a história de nosso país. Encobertas por seus discursos de “segurança, ordem e limpeza”, as elites instauram o medo para organizar camadas sociais em torno de ideologias conservadoras e reacionárias, incitando a repressão e a criminalização popular para sustentar também seus interesses privatistas. Em resposta a isso, devemos nos apropriar da cidade como nossa, ocupando as ruas e as universidades com iniciativas populares, cobrando a ação estatal no provimento e na manutenção dos equipamentos e das políticas públicas, para assim contrapormos o cerceamento de direitos, a expulsão e a repressão que vemos as classes dominantes maquinarem.

Vale destacar ainda que, depois de décadas de luta do movimento negro, a PEC 27/2024, conhecida como PEC da Reparação, avançou neste ano na Câmara dos Deputados, aprovada em comissão especial e pronta para votação em plenário. A proposta cria o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial, com aportes ao longo de vinte anos para financiar políticas de combate às desigualdades raciais em educação, cultura, habitação e trabalho, além de inscrever a igualdade racial como direito fundamental na Constituição. Reconhecemos o caráter histórico dessa conquista parcial, fruto da articulação da bancada negra e dos movimentos organizados, mas também alertamos: reparação não é generosidade do Estado, é dívida. O valor previsto é modesto diante do tamanho da dívida histórica com o povo negro, e a tramitação da PEC não pode ser sacrificada pelo calendário eleitoral.

A UNE e a ANPG convocam as e os estudantes de todo o Brasil a somar forças à mobilização pela aprovação da PEC da Reparação no plenário da Câmara e no Senado, sem retrocessos no texto negociado pelo movimento negro. Ainda, afirmamos que a luta pela reparação não se encerra na aprovação da PEC. É fundamental que o movimento estudantil abrace a luta por uma reparação verdadeira e completa, que garanta ao povo negro o livre acesso à educação em todos os níveis, pleno emprego, moradia digna, saúde pública de qualidade, reforma agrária e o conjunto dos direitos historicamente negados pelo racismo e pelo capitalismo brasileiro.

O ingresso da população negra nas universidades, impulsionado pelas políticas de ações afirmativas, também ampliou a presença de estudantes dos povos e comunidades tradicionais



**8º Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE / 3º Encontro de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas Negras e Negros da ANPG**

de terreiro. No entanto, essa conquista ainda convive com práticas de racismo religioso que se manifestam por meio da intolerância, da invisibilização dos saberes ancestrais e da discriminação contra aqueles que professam religiões de matriz africana. Diante desse cenário, torna-se fundamental a criação de cartilhas sobre racismo religioso, especialmente no ambiente acadêmico, como instrumentos de informação, formação e enfrentamento ao preconceito. Esses materiais podem orientar estudantes, docentes e gestores sobre direitos, formas de denúncia, respeito à liberdade religiosa e valorização das tradições de terreiro, contribuindo para a construção de uma universidade verdadeiramente democrática, comprometida com a diversidade, a justiça social e o combate a todas as formas de violência e discriminação.

O racismo ambiental atinge diretamente quilombolas, povos de terreiro, ribeirinhos e comunidades periféricas, expostos ao garimpo ilegal, ao avanço do agronegócio sobre territórios tradicionais e à ausência de saneamento básico nas periferias das grandes cidades. Não há justiça climática sem justiça racial: os territórios que mais preservam a biodiversidade brasileira são os territórios negros e indígenas, e são eles os primeiros a sofrer os efeitos das mudanças climáticas e os últimos a serem ouvidos nas decisões sobre o futuro do planeta. Defendemos a centralidade da juventude negra e indígena nos espaços de decisão ambiental e a produção de ciência que dialogue com os saberes das comunidades tradicionais, hoje frequentemente ignorados pela pesquisa acadêmica hegemônica.

Neste ano, a Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a PEC que acaba com a escala de trabalho 6x1, reduzindo progressivamente a jornada semanal e garantindo duas folgas por semana. É uma vitória da classe trabalhadora, mas sabemos que a escala 6x1 sempre recaiu com mais peso sobre a juventude negra, maioria nos setores de comércio, serviços e trabalho informal, e que a luta segue até a aprovação da matéria no Senado e sua efetiva regulamentação. Defendemos que o fim da escala 6x1 se traduza também em condições reais de permanência estudantil, para que a juventude negra não precise escolher entre trabalhar e estudar, entre sobreviver e pesquisar.

As cotas raciais completam mais de uma década de existência, elas foram responsáveis por transformar a cara da universidade brasileira e seguem sendo a política pública mais bem-sucedida de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, com resultados acadêmicos que desmentem, ano após ano, o discurso meritocrático que tenta deslegitimar



**8º Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE / 3º Encontro de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas Negras e Negros da ANPG**

nossa presença nas universidades. Ainda assim, seguimos sob ataque: candidaturas e projetos de lei que tentam revogar e esvaziar as leis de cotas seguem atuantes, tornando a luta ainda inconclusa. Lançamos a campanha "tire as mãos das minhas cotas" na UNE e a campanha pela universalização das cotas na ANPG, para que nenhuma conquista do movimento negro e do movimento estudantil seja tratada como favor revogável. As cotas abrem portas e cumprem o papel fundamental de organizar a reparação de desigualdades e pintar a universidade com a cara do povo.

A defesa das cotas raciais exige também a defesa e o fortalecimento das bancas de heteroidentificação, inclusive nos processos seletivos da pós-graduação. Essas bancas são instrumentos de controle social e de proteção da política de ações afirmativas contra fraudes, devendo funcionar com critérios transparentes, composição diversa, formação continuada, participação de pessoas negras e garantia do direito a recurso. Rejeitamos as tentativas de deslegitimá-las ou de substituir sua atuação exclusivamente pela validação da autodeclaração, medida que fragiliza o acesso da população negra às vagas que lhe são destinadas. Cabe às universidades assegurar estrutura, autonomia e condições institucionais para o funcionamento das bancas em todos os programas de pós-graduação.

A população negra segue sendo a mais atingida pelo racismo institucional na saúde pública e nas esferas de proteção social, morrendo mais e tendo pior assistência nos mesmos serviços que deveriam garantir cuidado universal. Defendemos o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e da rede de proteção social, na busca por dignidade para o nosso povo. Em mesmo sentido, lutamos pelo pleno acesso a políticas de moradia, cultura e lazer, educação e à totalidade dos direitos sociais, bem como o reconhecimento efetivo dos saberes das comunidades tradicionais, de terreiro e quilombolas, como conhecimento legítimo, e não como curiosidade cultural, também dentro da produção científica das universidades e programas de pós-graduação.

Também é um elemento importante para a conjuntura atual a aprovação do Novo Plano Nacional de Educação, que reconheceu as desigualdades e vulnerabilidades como estruturantes na educação brasileira, e que precisamos enfrenta-las. Agora, seguimos com o desafio de avançar na consolidação de políticas permanência estudantil que tenham o povo negro como sujeito central, bem como da formação docente para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, e o financiamento garantido para as políticas de ação afirmativa



**8º Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE / 3º Encontro de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas Negras e Negros da ANPG**

em todos os níveis de ensino. Defendemos a articulação de políticas e esferas de formação docente do nível nacional à realidade de cada instituição educativa, voltada à efetiva implementação da Lei 10.639/2003, hoje frequentemente descumprida por falta de formação e de investimento.

Não existe permanência estudantil sem direito à vida, nem universidade antirracista sem orçamento comprometido com políticas antirracistas. O estudante negro e periférico enfrenta não apenas as barreiras econômicas e, mais grave, o risco permanente de não conseguir chegar à aula ou voltar para casa. Defender a permanência estudantil exige defender o direito à vida, à circulação, à cultura e à ocupação dos territórios pela juventude negra. Não existe universidade antirracista sem orçamento suficiente para garantir uma ampla política de assistência e permanência estudantil. A luta por mais recursos para o PNAES é urgente e está diretamente conectada à construção de uma universidade que não trate estudantes cotistas como exceção tolerada, mas como parte estrutural de seu projeto pedagógico e institucional. Para isso, é fundamental avançar na luta para garantia de um orçamento que contemple as demandas estruturais do povo trabalhador, com especial ênfase nas políticas educacionais.

Defendemos a criação de pró-reitorias de ações afirmativas em todas as universidades públicas, com orçamento e corpo técnico próprios, responsáveis por acompanhar e efetivar essa política, priorizando estudantes cotistas nos editais de auxílio e funcionando como instância de responsabilização institucional, e não apenas simbólica.

Reafirmamos que combater o imperialismo e a extrema direita é também defender a soberania popular sobre as riquezas e os territórios do país, contra a especulação financeira, contra o garimpo ilegal e contra qualquer ingerência externa que trate a autodeterminação dos povos como moeda de troca. Não existe soberania nacional sem soberania negra, indígena e quilombola.

Na disputa de um país soberano e pintado de povo, devemos aprofundar a vinculação das lutas estudantis às lutas do Movimento Negro na perspectiva de convergência de ação entre coletivos e entidades. Teoria e denúncia só se completam na ação organizada. Portanto, a partir dos debates realizados neste encontro, a UNE e a ANPG convocam a juventude negra de todo o país para:



**8º Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE / 3º Encontro de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas Negras e Negros da ANPG**

- lutar pela prioridade de acesso dos estudantes cotistas aos editais de auxílio e de distribuição das bolsas nas universidades;
- exigir a criação de protocolos das universidades para dias de operações policiais;
- pressionar pela articulação das esferas nacionais orientadoras da formação docente de cada universidade para a efetivação das políticas sobre o ensino de história afro-brasileira e indígena;
- exigir a criação de pró-reitorias de ações afirmativas em todas as universidades públicas;
- defender e fortalecer as bancas de heteroidentificação nos processos seletivos da pós-graduação, com critérios transparentes, formação adequada, composição diversa e garantia do direito a recurso;
- fortalecer a construção dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs);
- fortalecer a defesa das ações afirmativas, com a campanha "tire as mãos das minhas cotas" na UNE;
- alavancar a campanha pela universalização das cotas na ANPG;
- impulsionar a organização negra em cada universidade e avançar na construção de encontros como o ENUNE e o ENPG com maior recorrência;
- construir um calendário nacional de luta que integre as duas campanhas, tendo o 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, como marco de mobilização;
- Constituir um calendário nacional de luta em defesa de mais orçamento para as universidades e mais verba para o PNAES;
- Lutar pela criação do Pacto nacional "Brasil Sem Racismo" - aos moldes da campanha Brasil contra o feminicídio, unindo os três poderes (Executivo, legislativo e judiciário);
- Articular junto dos movimentos dos povos tradicionais de terreiro mobilizações em defesa da liberdade religiosa nas universidades.

Encerramos este encontro certos de que a juventude negra que hoje ocupa a graduação e a pós-graduação é fruto de décadas de luta do movimento negro e de que essa presença não é, nem será, uma concessão temporária. Seguiremos, dentro e fora das universidades,



**8º Encontro de Negras, Negros e Cotistas da UNE / 3º Encontro de Pós-Graduandos e Pós-Graduandas Negras e Negros da ANPG**

transformando ciência em instrumento de reparação e de vida, e não em ferramenta de manutenção de privilégios.

Juventude Negra Viva: nas universidades e na ciência, contra o racismo, em defesa das cotas e por reparação! Cotas sim! Reparação já! Pelo direito à vida da população negra! Fora escala 6x1, fim do encarceramento em massa! A universidade é o nosso quilombo, a ciência é o nosso território!

Salvador, 12 de Julho de 2026.